

HECTOR CAVALCANTI CHAMBERLAIN

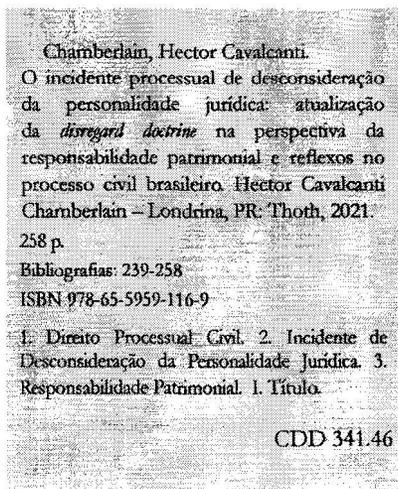
# O INCIDENTE PROCESSUAL DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Atualização da *disregard doctrine* na perspectiva da  
responsabilidade patrimonial e reflexos no  
processo civil brasileiro

Londrina/PR  
2021

  
**THOTH**  
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP)**



**Diagramação e Capa:** Editora Thoth

**Revisão:** Talita Silveira Barbosa

**Editor chefe:** Bruno Fuga

**Coordenador de Produção Editorial:** Thiago Caversan Antunes

**Diretor de Operações de Conteúdo:** Arthur Bezerra de Souza Junior

**Índices para catálogo sistemático**

1. Direito Processual Civil : 341.46

**Conselho Editorial (Gestão 2021)**

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Esp. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wünsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Me. Júlio Alves Caisêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof.ª. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

# SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| SOBRE O AUTOR.....   | 7  |
| NOTA DO AUTOR E AGRADECIMENTOS .....   | 9  |
| APRESENTAÇÃO.....  | 11 |
| PREFÁCIO .....   | 13 |
| INTRODUÇÃO.....  | 21 |
| <b>CAPÍTULO 1</b>  |    |
| DISREGARD DOCTRINE .....   | 25 |
| 1.1 Origens da <i>disregard doctrine</i> .....                                       | 26 |
| 1.2 O conceito de desconsideração .....  | 32 |
| 1.2.1 Conceituação na doutrina brasileira.....                                       | 32 |
| 1.2.2 Conceituação na doutrina alemã: os dois “tipos” de desconsideração             | 38 |
| 1.2.2.1 Desconsideração para fins de imputação ( <i>Zurechnungsdurchgriff</i> )..... | 38 |
| 1.2.2.2 Desconsideração para fins de responsabilidade patrimonial                    |    |
| ( <i>Haftungsdurchgriff</i> ).....   | 42 |
| 1.2.3 Conceito adotado: a desconsideração como técnica de interpretação              |    |
| - aplicação de normas (desconsideração - imputação) v. a desconsideração             |    |
| como norma específica (desconsideração patrimonial) .....                            | 44 |
| 1.3 Efeitos da desconsideração no sistema brasileiro .....                           | 50 |
| 1.4 Desconsideração patrimonial e institutos correlatos: distinções .....            | 57 |
| 1.4.1 Desconsideração x responsabilidade pessoal dos membros sociais .....           | 57 |
| 1.4.2 Desconsideração x teoria ultra vires societatis e teoria da aparência....      | 59 |
| 1.4.3 Desconsideração x fraude e simulação.....                                      | 61 |
| 1.5 Conclusão parcial do capítulo: os antecedentes e consequentes da norma           |    |
| específica da desconsideração patrimonial .....                                      | 63 |
| <b>CAPÍTULO 2</b>  |    |
| DESCONSIDERAÇÃO E RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL .....                                 | 67 |
| 2.1 O direito de crédito e a responsabilidade patrimonial .....                      | 67 |
| 2.1.1 Os vínculos do débito e da responsabilidade .....                              | 67 |

|   |    |
|---|----|
| 2.1.2 Função da responsabilidade patrimonial na tutela executiva.....   | 69 |
| 2.2 Responsabilidade patrimonial.....   | 70 |
| 2.2.1 Norma material e instituto bifronte.....  | 70 |
| 2.2.2 Responsabilidade patrimonial primária e secundária .....  | 73 |
| 2.2.3 Responsabilidade patrimonial: fonte da legitimação passiva na execução.....   | 75 |
| 2.3 Desconsideração e responsabilidade patrimonial.....   | 76 |
| 2.3.1 Desconsideração como norma de tutela da responsabilidade patrimonial.....   | 76 |
| 2.3.2 Desconsideração e responsabilidade patrimonial secundária .....   | 78 |
| 2.4 Desconsideração x fraudes patrimoniais: retomando as distinções .....   | 82 |
| 2.5 Conclusão parcial do capítulo: a função específica da desconsideração patrimonial no sistema de proteção ao crédito ..... | 87 |

### **CAPÍTULO 3**

|   |     |
|---|-----|
| DESCONSIDERAÇÃO E DEMANDA .....   | 89  |
| 3.1 Classificação do ato de postular a desconsideração (estudo a partir das noções de demanda e objeto do processo).....  | 91  |
| 3.2 Elementos formais identificadores da demanda de desconsideração.....  | 96  |
| 3.2.1 Partes .....  | 97  |
| 3.2.2 Causa de pedir.....   | 97  |
| 3.2.3 Pedido.....   | 100 |
| 3.3 Relação entre demandas: a demanda desconsideratória e a demanda contra o devedor originário (estudo a partir das noções de conexão e prejudicialidade)..... | 108 |
| 3.4 “Condições da ação”: legitimidade e interesse para a demanda de desconsideração .....   | 114 |
| 3.4.1 Legitimidade ativa .....  | 115 |
| 3.4.2 Legitimidade passiva.....   | 119 |
| 3.4.3 O interesse de agir e a insolvência .....   | 119 |
| 3.5 Limites da demanda: reflexos na decisão e na coisa julgada.....   | 121 |
| 3.5.1 O “elemento episódico” da desconsideração.....  | 122 |
| 3.5.2 Limites subjetivos .....  | 124 |
| 3.5.3 Limites objetivos.....  | 125 |
| 3.6 Demanda ou processo autônomo de desconsideração.....  | 127 |
| 3.7 Conclusão parcial do capítulo: a desconsideração como demanda constitutiva.....   | 130 |

## CAPÍTULO 4

|  |     |
|--|-----|
| DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA COMO INCIDENTE DO PROCESSO.....  | 135 |
| 4.1 Contextualização: da questão incidente na execução (CPC/73) ao procedimento incidente (CPC/15).....                            | 136 |
| 4.1.1 O problema da execução de terceiros estranhos ao título executivo.....   | 136 |
| 4.1.2 O paradigma da ordinariedade.....  | 139 |
| 4.1.3 O paradigma da estabilização da demanda.....   | 142 |
| 4.1.4 O salto da questão incidente ao procedimento incidente como solução para o déficit de contraditório.....                     | 145 |
| 4.2 “Natureza jurídica” ( <i>rectius</i> : classificação dogmática) do incidente de desconsideração da personalidade jurídica..... | 147 |
| 4.2.1 Processo incidente, demanda incidente ou incidente do processo? ..   | 147 |
| 4.2.2 Repercussões do enquadramento na categoria de incidente processual.....  | 153 |
| 4.3 O incidente de desconsideração no sistema de pluralidade de partes ....  | 155 |
| 4.3.1 Litisconsórcio.....  | 157 |
| 4.3.1.1 O terceiro responsável: litisconsorte do devedor originário?.....  | 158 |
| 4.3.1.2 Litisconsórcio no incidente de desconsideração.....  | 160 |
| 4.3.2 Intervenção de terceiros.....  | 163 |
| 4.4 O rito do incidente de desconsideração.....  | 164 |
| 4.4.1 Dispensa do incidente de desconsideração na fase de conhecimento.....  | 164 |
| 4.4.2 Dispensa do incidente de desconsideração na execução.....  | 166 |
| 4.4.3 Fase postulatória.....   | 167 |
| 4.4.3.1 Os autos do incidente.....   | 172 |
| 4.4.3.2 Possibilidade de instauração do incidente nos tribunais.....   | 173 |
| 4.4.3.3 Suspensão do “processo” ( <i>rectius</i> : procedimento principal) na fase de conhecimento.....                            | 175 |
| 4.4.3.4 Suspensão do “processo” ( <i>rectius</i> : procedimento principal) na execução.....  | 176 |
| 4.4.3.5 Da resposta do responsável secundário.....   | 178 |
| 4.4.3.6 Da amplitude da defesa na fase de conhecimento.....  | 180 |
| 4.4.3.7 Da amplitude da defesa na execução.....  | 181 |
| 4.4.3.8 Posição jurídica do devedor originário: potencial assistente simples.....  | 184 |
| 4.4.4 Fase instrutória.....  | 187 |
| 4.4.5 Fase decisória.....  | 189 |
| 4.4.6 Fase recursal.....   | 190 |
| 4.4.7 Notas conclusivas sobre o incidente instaurado na fase de conhecimento.....  | 192 |

|   |     |
|---|-----|
| 4.4.8 Notas conclusivas sobre o incidente instaurado na execução .....            | 193 |
| 4.5 O tempo do incidente de desconsideração e a antecipação da tutela .....       | 194 |
| 4.6 Coisa julgada .....   | 197 |
| 4.6.1 Formação de coisa julgada no incidente de desconsideração .....             | 197 |
| 4.6.2 Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada .....                       | 199 |
| 4.6.3 O incidente de desconsideração e a coisa julgada sobre questão .....        | 202 |
| 4.6.3.1 Coisa julgada formada no procedimento principal.....                      | 203 |
| 4.6.3.2 Coisa julgada formada no incidente de desconsideração.....                | 205 |
| 4.6.3.3 Coisa julgada sobre a relação societária e o abuso da personalidade.....  | 208 |
| 4.7 Honorários advocatícios sucumbenciais.....                                    | 210 |
| 4.7.1 Cabimento de honorários no incidente de desconsideração .....               | 210 |
| 4.7.2 Base de cálculo dos honorários advocatícios sucumbenciais.....              | 213 |
| 4.7.3 Reflexos nos honorários advocatícios devidos no procedimento principal..... | 214 |
| 4.8 Fraude à execução .....   | 216 |
| 4.9 Embargos de terceiro .....  | 222 |
| 4.10 Fungibilidade do incidente de desconsideração.....                           | 225 |
| <br>  |     |
| CONCLUSÃO.....  | 237 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....   | 239 |